

JORNAL DO SINDICATO

SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE DIADEMA

■ DIREÇÃO 2008/2011 ■ JULHO/2011

SINDEMA
CUT

SEXTA-FEIRA TEM ASSEMBLEIA 17H30, NO SINDICATO



Veja também nesta edição

Página 2 Veja os pontos da pauta que já estão acertados com a Administração

Página 3 Os dados confirmam: Administração pode melhorar proposta econômica

Página 4 Reposição dos dias parados e descontos indevidos de Imposto de Renda

Negociação com a Administração

Veja o que já está acertado

Dos quinze pontos prioritários da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2011, quatro estão acertados com a Administração, independente das demais cláusulas. São eles:

• JORNADA 12 X 36 HORAS

Como é: Os plantonistas 12 x 36 têm uma folga nos meses de 30 dias e duas folgas nos meses de 31 dias. Não existem regras padronizadas para horário de refeições, café, descanso, prejudicando muitos/as trabalhadores/as. Desde 2009, a direção do Sindicato cobra da Administração as duas folgas e a regulamentação do 12x36.

Como fica: duas folgas mensais a partir de setembro. Em julho será formada Comissão que vai tratar da regulamentação da jornada 12 x 36, estabelecendo número máximo de plantões, horário de refeição, café, descanso, etc.

A Administração assegura que haverá folguistas.

Trabalhadores/as beneficiados: São 1.367 pessoas, a maioria das Secretarias da Saúde e Defesa Social.

• APOSENTADORIA ESPECIAL

Como é: Apesar da Aposentadoria Especial ser norma constitucional, a Prefeitura não reconhece o direito. O Sindicato entrou com ação judicial e o Tribunal de Justiça de São Paulo deu ganho de causa aos trabalhadores por unanimidade.

Como fica: A Prefeitura não vai recorrer da decisão do Tribunal de Justiça e será formado grupo de trabalho para a sua implantação até o final de julho.

Trabalhadores/as beneficiados: Quem tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Será concedida através da comprovação do tempo de trabalho com efetiva exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associações prejudiciais pelo período exigido para concessão do benefício (15, 20 ou 25 anos).

• FRENTE DE TRABALHO

Como é: Os bolsistas da Frente de Trabalho estão em praticamente todos os setores da PMD realizando as tarefas dos agentes de serviço I sem proteção trabalhista. A Prefeitura não cumpre a legislação que obriga a oferecer formação semanal com vistas a inserção destas pessoas no mercado de trabalho.

Como fica: A Prefeitura se comprometeu a apresentar até o dia 15 de julho minuta de projeto de lei para discussão.

• PLANO DE CARREIRA DA GCM

Como é: O Plano de Carreira da GCM - Guarda Civil Municipal foi objeto da negociação no ano de 2009. A PMD descumpriu os prazos, atrasando o concurso interno em quase um ano. A primeira fase já foi da promoção já foi concluída.

Como fica: A segunda fase será concluída até 31 de dezembro, com início da terceira e última fase.

Guardas beneficiados: 79 na primeira fase, 36 na segunda fase e 15 na terceira fase

• ISONOMIA DOS PROFESSORES

Equiparação salarial para os professores com formação superior em Pedagogia em relação aos professores de educação especial e fundamental II, conforme dispõe a legislação (Art.62 da LDB e Art 5º, item IV da Resolução CNE 002/2009)

Como é: Os professores com formação superior recebem salários diferenciados. Os professores de educação especial e os professores de ensino fundamental II tem salários maiores que os demais.

Como fica: O valor da hora de trabalho de todos os professores com Superior em Pedagogia será equiparada, inclusive os que estão em estágio probatório. Os vencimentos serão definidos de acordo com a jornada de trabalho e com a referência salarial (progressão).

Os professores/as com mais de três anos na rede municipal serão enquadrados na nova tabela salarial a partir de 31 de julho. Os professores/as em estágio probatório a partir de 30 de setembro. Quem não tem formação em Pedagogia terá o prazo de 7 anos para concluir a formação e será enquadrado na nova tabela imediatamente mediante a apresentação do certificado de conclusão do curso.

Professores beneficiados: São 1.671 professores/as beneficiados/as com a isonomia salarial. O valor da hora/aula será de R\$ 13,52, o total dos vencimentos tem variação de acordo com o total de horas trabalhadas.

Veja como ficam as tabelas iniciais

(Para verificar a sua situação com progressão e biênio veja as tabelas completas no site www.sindema.org.br)

Cargo/jornada	Como é	Como fica	Diferença em R\$	% de ganho
Professor de Educação Fundamental II (20 horas)	R\$ 1.351,79	R\$ 1.352,00	R\$ 0,21	0,02%
Professor de Educação Especial (25 horas)	R\$ 1.671,23	R\$ 1.690,00	R\$ 18,77	1,12%
Professor de Educação Infantil 22 horas	R\$ 1.273,06	R\$ 1.487,20	R\$ 214,14	16,82%
Professor de Educação Fundamental I 22 horas	R\$ 1.273,06	R\$ 1.487,20	R\$ 214,14	16,82%
Professor de Educação Infantil e Fundamental I (25 horas)	R\$ 1.436,57	R\$ 1.690,00	R\$ 253,43	17,64%
Professor de Educação Infantil Integral e Fundamental I e PDIs (31 horas)	R\$ 1.781,34	R\$ 2.095,60	R\$ 314,26	17,64%
Professor de Educação Infantil e Fundamental I (25 horas) Estágio Probatório	R\$ 1.248,62	R\$ 1.690,00	R\$ 441,38	35,35%
Professor de Educação Infantil Integral (31 horas) Estágio Probatório	R\$ 1.548,28	R\$ 2.095,60	R\$ 547,32	35,35%

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: Jandyra Uehara Alves (presidente), José Aparecido da Silva, Maria Helena da Silva, Nadia Helena Guardini, Antonio Carlos Gonzaga, Roseli Aparecida Seto, Márcia Rezende Alencar, José Carlos da Silva, Epaminondas Rodrigues, Renilva Mota Ferreira, Peterson Maicon Ribeiro, Florípedes de Aguiar Kikuti, Teotônio Alencar Neto e Luis Roberto de Paiva.

Conselho Fiscal: Neide Soares Fonseca, Sonia Aparecida Fernandes, Isabel Cristini Gomes, Ana Maria da Silva Santos, Luis Carlos Fabbrini da Silva e Maria Clara de Resende.

Representantes na Federação: Rosânea das Dores Mendes, Benedito de Oliveira Lima, Raquel Rodrigues do Prado e José Ferreira de Lima.

Jornalista responsável: Gonzaga do Monte (MTb 10835) **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4055-3288 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br

Informe da negociação

No dia 26 de maio aconteceu a primeira reunião entre diretores do Sindicato e representantes da Prefeitura depois da suspensão da greve.

Foram realizadas seis reuniões com a Prefeitura. As negociações dos pontos econômicos começaram no dia 02 de junho.

A categoria suspendeu a greve acatando orientação do Tribunal Regional do Trabalho, que decidiu pela reabertura das negociações e pagamento dos dias parados, depois que a Prefeitura entrou com ação judicial contra os/as trabalhadores/as.

O prazo para a construção de uma nova proposta já se extinguiu no dia 28/6 e no máximo até a próxima semana é preciso dar um retorno ao TRT, pois se não for construído um acordo que seja aprovado pela categoria em Assembléia, o Tribunal irá encaminhar o julgamento do dissídio.

É fundamental que os trabalhadores continuem mobilizados e participem deste momento decisivo. Algumas conquistas já foram acertadas na Mesa de Negociação, e isto se deve à greve unitária e forte levada com garra e coragem pelos/as trabalhadores/as.

Um exemplo é a isonomia de todos os professores, porém os itens para os itens econômicos que atingem toda a categoria a PMD não apresentou nova proposta.

Diferente da projeção da Secretaria de Finanças da PMD (50,55%), o índice apurado no 1º Quadrimestre foi de 48,22% com a relação percentual entre a receita corrente líquida e as despesas com pessoal de janeiro a abril deste ano.

É bom lembrar que nesse índice não podem ser computados os gastos com benefícios como vale transporte, vale alimentação e vale refeição.

Porque Diadema está perto do limite da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

Não foram os reajustes da inflação obtidos em 2009 e 2010 que levaram os gastos com pessoal em Diadema a se aproximar dos limites da famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal, herança dos governos neoliberais, mantida integralmente até hoje prejudicando funcionários públicos e a população.

Os limites impostos para gastos com pessoal pela LRF impedem uma política salarial decente e também a expansão dos serviços nas áreas sociais, na Saúde e na Educação, que dependem essencialmente de pessoal para crescer e atender a população.

A situação de Diadema foi provocada por duas razões principais, indicando políticas errôneas do Governo Municipal, que aprofundaram a crise financeira iniciada com os seqüestros de receitas municipais:

- 1) A Municipalização de 10 escolas estaduais, elevando os gastos com pessoal de forma abrupta e sem planejamento. A municipalização abalou as finanças municipais, pois os gastos são maiores que os recursos recebidos pelo Fundeb. É importante ressaltar que o Programa de Governo do atual Prefeito afirmava expressamente que não haveria municipalização em Diadema.
- 2) O aumento das terceirizações com custos muito mais altos do que a contratação direta de pessoal. Entram no cômputo da LRF a parte de pessoal da terceirização da merenda escolar, limpeza hospitalar, vigilância, ortopedia do Hospital Municipal e outras.

Para esta situação mudar é preciso paralisar a política de municipalização e reverter as terceirizações investindo nas contratações diretas e na reorganização do serviço público.

Prefeitura apresentou detalhes do Quadro de Despesas com Pessoal

Conclusão: É possível melhorar proposta

pela primeira vez, a Prefeitura apresentou toda a documentação exigida pelos técnicos do Dieese e pela diretoria do Sindicato.

Estes dados serão apresentados na Assembleia que acontecerá no dia 8 de junho.

Com a apresentação desta documentação foi possível verificar que em várias questões as estimativas de gastos com pessoal da PMD estão acima do que será realizado em 2011.

Um exemplo claro (e já admitido pela Administração) foi o cálculo do impacto para a contratação de professores para as escolas municipais que serão inauguradas este ano. Caiu de R\$ 2.552.657,31 para R\$ 1.369.770,10. Ou seja tinha uma “gordura” de mais de um milhão e cem mil que pode ser utilizado para uma nova proposta.

Outro exemplo são as estimativas de gastos com pessoal terceirizado que é computado para fins da LRF. As estimativas de alguns contratos estão acima do que realmente será gasto (principalmente da Merenda Escolar e SP Alimentação e em contratos da área da Saúde).

Veja a última proposta que foi rejeitada na Assembleia. Depois de 16 dias de greve e um dia após a ocupação da Câmara Municipal, no dia 13 de maio, o Governo apresentou a proposta abaixo para reajuste, vale alimentação e vale refeição.

Os dados apresentados pela Prefeitura confirmam: tem como melhorar a proposta.

Veja a última proposta apresentada e rejeitada pela categoria, que pode ser melhorada:

- Reajuste para as datas base de 2011 e 2012

2% a partir de 1/12/2011

2% a partir de 1/02/2012

2% a partir de 1/04/2012

2% a partir de 1/07/2012

2% a partir de 1/09/2012

1,86% a partir de 1/11/2012 condicionado aos limites LRF

Total: 12,46%

- Abono

Abono em parcela única de R\$ 300,00 no dia 30 de setembro.

- Vale Alimentação

Passa de R\$ 190,00 para R\$ 203,00 com o novo valor depositado integralmente no cartão de compras.

- Vale Refeição

Fim do contrato de fornecimento de refeições para funcionários com a SP Alimentação, vale refeição de R\$ 132,00 por mês (22 vales de R\$ 6,00) para os funcionários até a referência 4.

Imposto de renda retido

Imoralidade: Administração tirou do seu salário direto para os cofres da Prefeitura

Na audiência de conciliação no TRT, a Administração alegou que por motivos operacionais realizaria o pagamento dos servidores no dia 27 de maio e se comprometia a pagar o desconto dos dias parados no dia 7 de junho.

Na primeira reunião da Mesa de Negociação após a suspensão do movimento grevista ocorrida no dia 26 de maio os representantes do Sindicato insistiram que o pagamento fosse feito no dia 31 de maio e os representantes da PMD se comprometeram a analisar a proposta e responder em até 48 horas, mas negaram o pleiteado e a devolução dos dias de greve foi feita somente no dia 7 de junho..

No último dia 30 de junho, muitos servidores reclamaram que os vencimentos estavam muito abaixo do que normalmente é recebido nesta data.

Ao analisarmos comprovantes de pagamentos entregues por servidores no Sindicato foi possível constatar que fomos os servidores foram vítimas de uma vergonhosa operação que teve como resultado a redução dos seus vencimentos, com estes valores sendo passados diretamente para os cofres da PMD. Veja a armadilha que montaram para prejudicar os trabalhadores e transferir recursos dos salários para a Prefeitura.

- 1) No dia 27 não havia como realizar o desconto dos dias parados uma vez que todos receberam o adiantamento salarial no dia 15 e não havia saldo suficiente.
- 2) Para levar a cabo o desconto no dia 27 de maio, como forma de punição, a PMD, de forma unilateral e sem comunicar o fato a ninguém, decidiu lançar um “empréstimo” sob o código 1518 (saldo negativo a debitar), que foi lançado como crédito no holerite.
- 3) Isto foi feito de modo a “cobrir” as despesas lançadas no holerite (empréstimo consignado, vale refeição, convênio médico, contribuição sindical, contribuição AFD, Pão de Açúcar) bem como o desconto do IPRED.
- 4) Com isto e com o fato de terem sido lançados artificialmente dois pagamentos em junho, a base de cálculo para desconto do IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte foi alterada e os servidores tiveram valores muito maiores de retenção deste imposto, com uma mudança de faixa salarial “fictícia” advinda da soma dos meses de maio e junho.

A retenção de Imposto de Renda na fonte é **receita municipal**, logo esta engenhosa operação de realizar o desconto dos dias parados antecipadamente, **resultou em enriquecimento dos cofres da PMD e empobrecimento dos servidores/as.**

A direção do Sindicato encaminhou documentos ao Prefeito exigindo a devolução da diferença retida a maior. Se não devolverem vamos tomar as medidas judiciais cabíveis.

ATENÇÃO!

Caso você tenha sido lesado é preciso entregar com urgência no Sindicato (pode ser por fax ou email) os seguintes comprovantes de pagamento abaixo relacionados:

- holerite do mês de abril
- holerite de maio (referente ao pagamento de 27/05)
- holerite de 07/06 (pagamento dos dias de greve descontados no dia 27/05)
- holerite de junho

Se você não tiver os comprovantes acima, deve se dirigir ao Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão de Pessoas e pedir cópia (espelho) do holerite.

Veja exemplos de como tiraram do seu salário direto para os cofres municipais

Exemplo 1	Desconto Normal Imposto de Renda		
Mês	abril	maio	junho
Salário	2.892,60	2.892,60	2.971,49
Previdência	318,18	318,18	326,86
Dependentes	314,94	314,94	314,94
Base IRRF	2.259,48	2.259,48	2.329,69
Desconto	51,97	51,97	57,24
Total IR devido maio e junho	109,21		

Desconto Realizado pela PMD				
Mês	abril	maio	07/jun	junho
Salário	2.892,60			4.899,89
Previdência	318,18			326,86
Dependentes	314,94			314,94
Base IRRF	2.259,48	0,00	0,00	4.258,09
Desconto	51,97	0,00	0,00	447,02
Desconto realizado pela PMD	447,02			

Neste caso a PMD descontou R\$ 337,81 a mais do servidor

REPOSIÇÃO DOS DIAS PARADOS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO TRUNCOU NEGOCIAÇÃO

Quando o Sindicato se reuniu com a Administração para tratar da questão da reposição a negociação das regras gerais para a reposição caminhou relativamente bem, pois na Mesa de Negociação, conseguimos vários pontos positivos em termos de reposição: **Sábados a 50% e domingos, feriados e pontos facultativos a 100%, uso de abonadas e parte do Banco de Horas para deduzir horas paradas. Também conseguimos que a Secretaria da Educação recuasse da proposta das creches e do EJA II usarem todo o recesso para a reposição.**

Por causa da legislação específica da Educação era extremamente necessária a realização de uma reunião para tratar de questões específicas. Porém, a Secretaria da Educação que se negou a dialogar com o Sindicato e não compareceu na reunião marcada pela Mesa de Negociação para o dia 15 de junho e sequer respondeu à solicitação de nova reunião no dia 29/6.

O que ficou determinado pelo Tribunal Regional do Trabalho é que os dias parados deveriam ser pagos com a garantia da reposição.

A Secretaria da Educação achou um meio legal de “punir” os professores obrigando a utilização de 5 dos 15 dias do recesso escolar, já que este é um diferencial em relação aos demais funcionários da PMD, que não tem direito ao recesso.

A lógica da Secretaria da Educação é a seguinte: Como foram obrigados pelo forte movimento grevista a enviar o projeto de isonomia salarial incluindo o pessoal em Estágio Probatório, estão inconformados com o que consideram uma derrota da Secretaria da Educação e “precisavam” fazer alguma maldade para tentar estragar a vitória da categoria.

Somos contra a obrigatoriedade de utilização do recesso, quem deveria decidir são os coletivos das escolas. Mas temos a obrigação de deixar claro que do ponto de vista legal o uso de recesso e férias para reposição de dias parados na área da Educação é aceito nos tribunais e comum nas reposições das greves ocorridas nesta área no país. Portanto, mesmo contra a vontade do Sindicato e da categoria, infelizmente, a Secretaria da Educação tem prerrogativa para impor esta obrigatoriedade.

Apesar das regras gerais já estarem acertadas na Mesa de Negociação, até agora a Administração não mandou o Termo de Acordo para ser assinado muito provavelmente devido à postura da Secretaria da Educação que é avessa à democracia e desrespeitosa com os/as trabalhadores/as.